



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, ESTRATÉGIA E GESTÃO DE PESSOAS
Av. VIII, nº 50 - Bairro Carreira Comprida - CEP 33.045-090 - Santa Luzia - MG

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. CONTRATAÇÃO de instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação de serviços bancários em caráter de exclusividade para processamento da folha de pagamento dos servidores ativos da Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MG, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Prestação de serviços bancários para processamento da folha de pagamento dos servidores ativos da Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MG	1	1
O valor estimado é o que consta no Edital, que será considerado para efeitos de aceitabilidade da proposta.			

1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses contados a partir da data de assinatura do contrato de prestação de serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista a sua prestação ininterrupta em face do desenvolvimento habitual das atividades administrativas, sob pena de prejuízo ao interesse público. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 . FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando a proximidade de finalização do contrato celebrado entre esta Prefeitura Municipal e o Banco Itaú – Unibanco S/A para prestação de serviços de processamento da folha de pagamento encerrar-se-á no mês de abril de 2026, faz-se necessário iniciar novo processo de contratação para os referidos serviços, posto serem relevantes e imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades administrativas deste órgão.

As demais fundamentações da Contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Na hipótese de alterações da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Santa Luzia que afetem a execução do contrato, as partes, de comum acordo, firmarão termo aditivo ou por apostilamento para restabelecer a relação que pactuaram inicialmente, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos da Lei.

2.1 Tabela evolução da folha de pagamento no ano 2025 e os quantitativos mensais de servidores:

EVOLUÇÃO FOLHA NORMAL DE PAGAMENTO 2025				
Mês	Quant. Servidores	Valor Bruto	Valor Descontos	Valor Líquido
Janeiro	3350	R\$ 17.470.137,09	R\$ 4.329.775,26	R\$ 13.140.361,83
Fevereiro	3324	R\$ 17.878.849,99	R\$ 4.641.405,64	R\$ 13.237.444,35
Março	3275	R\$ 19.613.742,59	R\$ 5.005.090,53	R\$ 14.608.652,06
Abril	3308	R\$ 22.638.595,09	R\$ 6.241.756,79	R\$ 16.396.838,30
Mai	3730	R\$ 23.315.819,29	R\$ 5.865.212,23	R\$ 17.450.607,06
Junho	3804	R\$ 22.862.536,45	R\$ 5.747.230,20	R\$ 17.115.306,25
Julho	3878	R\$ 23.820.438,65	R\$ 6.184.466,85	R\$ 17.635.971,80
Agosto	3881	R\$ 23.176.850,76	R\$ 5.736.157,81	R\$ 17.440.692,95
Setembro	3905	R\$ 24.025.430,80	R\$ 6.103.192,35	R\$ 17.922.238,45
Outubro	3866	R\$ 23.301.110,70	R\$ 5.949.081,09	R\$ 17.352.029,61
Novembro	3855	R\$ 23.384.950,17	R\$ 6.017.443,85	R\$ 17.367.506,32
Dezembro	3841	R\$ 23.960.642,11	R\$ 6.224.078,98	R\$ 17.736.563,13
Décimo Terceiro Parcela Final	3854	R\$ 19.045.731,36	R\$ 12.031.107,01	R\$ 7.014.624,35
Total acumulado 2025		R\$ 284.494.835,05	R\$ 80.075.998,59	R\$ 204.418.836,46

O quadro abaixo demonstra o quantitativo de servidores, referência janeiro/2026 de acordo com a renda mensal:

Renda Mensal - Dados da Folha de Pagamento	Quantidade de Empregados - Referência janeiro/2026					
	Efetivos	Estatutários	Eletivos e Conselheiros Tutelares	Comissionados	Contratos Temporários	Totais (Quantidade)
Até R\$ 2.000,00	22	0	0	0	0	22
R\$ 2.000,01 a 7.000,00	1.540	316	13	295	1.382	3.546
A partir de R\$ 7.000,01	130	0	2	122	32	286
Totais:	1.692	316	15	417	1.414	3.854

Os quadros acima reforçam a complexidade e a relevância dos serviços bancários objeto desta contratação.

Outro fator determinante para a contratação é cenário do Município, onde a despesa com pessoal apresenta tendência de crescimento, reflexo da política de valorização e implementação de serviços públicos prestados aos munícipes pela atual gestão municipal.

Neste sentido, delegar essas funções a uma instituição financeira habilitada permite garantir a regularidade dos pagamentos, a integridade dos dados e a observância dos princípios constitucionais da legalidade, eficiência e economicidade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A contratação deverá ser realizada via licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na modalidade Maior Desconto nos termos da Lei nº 14.133/2021, para seleção de instituição financeira para prestação de serviços bancários para processamento da folha de pagamentos para servidores ativos da Prefeitura Municipal de Santa Luzia.

3.2 A seleção de instituição financeira devidamente constituída e autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação do serviço incluso na descrição do objeto, conforme item 1 e detalhados conforme especificações abaixo:

a) Centralização e processamento do total dos créditos da folha de pagamento dos servidores ativos da Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MG, bem como, a opção da concessão de crédito de qualquer natureza àqueles, mediante requisitos da CONTRATADA e consignação em folha de pagamento, sendo estes últimos, sem caráter de exclusividade, atendidos os requisitos e pressupostos regulamentares de ordem interna da CONTRATANTE, a serem atualizados, caso necessário, com base nas pactuações decorrentes deste certame licitatório e de normas legais aplicáveis.

b) A contratação prevê, ainda, a cessão não onerosa e não obrigatória, em favor exclusivo da instituição financeira contratada, para a instalação de posto de atendimento com foco nos servidores municipais, a critério da instituição financeira.

3.3 A Contratada deverá ofertar os seguintes produtos e serviços para os servidores da Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MG:

A) Abertura e manutenção de contas salários e contas correntes em nome dos correntistas, sem custos.

B) Fornecimento, em nome dos correntistas, sem custos, no mínimo:

i. 05 (cinco) extratos bancários ou saldos impressos mensais de conta corrente e conta poupança;

ii. 03 (três) Transferências Eletrônicas Disponíveis – TED mensais;

iii. Transferências de recursos entre contas da própria Contratada sem custo;

iv. 05 (cinco) saques, por evento de crédito;

v. Oferta de cheque especial;

vi. 01 (um) cartão de débito a cada 12 (doze) meses, quando solicitado, para movimentação de conta salário, conta corrente e/ou poupança;

vii. Gratuidade de anuidade.

C) A instituição financeira vencedora poderá conceder crédito consignado, para servidores ativos, obedecendo aos critérios e pressupostos regulamentares de ordem interna da Contratada e legislações aplicáveis.

D) Não estão abrangidos pelo presente instrumento, quaisquer contratos, ajustes e obrigações assumidas entre os BENEFICIÁRIOS e a CONTRATANTE anteriormente a assinatura do contrato.

E) Quaisquer outros serviços não previstos neste subitem, não poderão ser tarifados em valor superior aos praticados para os demais correntistas da Instituição Financeira.

F) Qualquer cobrança de tarifas por serviços adicionais deverá ser comunicado previamente ao servidor correntista, observadas as normas do Banco Central.

G) Observar o disposto na Resolução CMN nº 5.058 de 15/12/2022 que dispõe sobre a prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias e similares pelas instituições financeiras.

H) A Contratada deverá manter rede de atendimento instalada na cidade de Santa Luzia/MG, constituída por Agência Bancária ou Posto Bancário, Caixas de Atendimento Eletrônico, na forma da Resolução BACEN n.º 4.935, de 29 de julho de 2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

a) Adequação ao objeto

b) Compatibilidade do preço estipulado para aceitabilidade da proposta deste Edital e em seus anexos.

4.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

Os interessados deverão encaminhar à Administração Municipal toda documentação necessária ao processo licitatório nos termos do Edital do Pregão Eletrônico e em conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste na prestação de serviços bancários para processamento da folha de pagamento dos servidores ativos da Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MG.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

A Administração Municipal tem o direito e dever de contratar instituição financeira para prestar serviços necessários à consecução de suas atividades de autoadministração e implementação de ações governamentais. Dessa forma, o serviço em questão pode ser considerado um ativo especial intangível e, nesta condição, pode ser ofertada sua exploração econômico-financeira ao mercado, por meio de licitação. A administração da folha de pagamento de pessoal do município movimenta um expressivo volume de recursos, requerendo eficiência e eficácia nas operações financeiras de pagamento dos servidores. Isso leva a Administração a buscar a forma mais segura de se processar estas operações que, com implementação desta ação, o objetivo será alcançado.

Por ser um serviço fundamental para a Administração Pública, é necessária a contratação de instituição que realize o pagamento, mediante lançamento em conta, da totalidade dos salários e quaisquer vantagens devidas aos servidores públicos municipais e empregados públicos da Administração Direta abrangendo os servidores ativos conforme item 4 do presente instrumento, lançados em contas individuais na Instituição Financeira contratada.

Os créditos a serem lançados nas contas salário dos servidores, serão os valores líquidos das folhas de pagamento, gratificação natalina (décimo terceiro salário), férias e demais créditos originários do vínculo empregatício entre o servidor e a Prefeitura Municipal de Santa Luzia, com exceção do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS que é vinculado à Caixa Econômica Federal.

Atualmente o Município possui contrato vigente com a Instituição Financeira Itaú Unibanco S/A, mediante contrato celebrado em 12/01/2021, processo administrativo nº 138/2020 e pregão eletrônico nº 073/2020.

Será objeto de transferência dos dados necessários, entre a instituição atual, com a instituição vencedora no presente processo, de forma a se realizar no prazo máximo de 60(sessenta) dias corridos, após o recebimento da Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, para que não haja interrupção do serviço da folha de pagamento.

A instituição financeira contratada deverá cumprir integralmente as normas técnicas e regulamentações pertinentes, garantindo a transparência, práticas de sustentabilidade socioambiental e acessibilidade digital em todas as fases da execução contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada

pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

7.1 Não haverá qualquer tipo de remuneração direta à Instituição Financeira vencedora, oriunda dos cofres públicos municipais, pelos serviços objeto do Contrato a ser efetivado ou pela prestação de serviços correlatos.

7.2 O pagamento do valor ofertado e homologado na licitação, será realizado em parcela única, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, devendo o comprovante da transação ser entregue à Secretaria Municipal de Finanças em até 01 (um) dia após o pagamento.

7.3 Em caso de atraso no pagamento, a instituição financeira deverá pagar ao contratante, multa de 2% (dois por cento) calculada sobre o valor total da proposta, acrescida de atualização monetária IPCA, e juros de mora de 12% (doze) por cento, ao ano, calculado pro rata die, além de se sujeitar às penalidades e sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste instrumento.

7.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.6 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

ÍNDICE DE REAJUSTE CONTRATUAL

7.7 O valor considerado na prorrogação será pactuado entre as partes, considerando o preço ofertado neste certame, devidamente atualizado, mas não se limitando à simples atualização monetária, podendo as partes pactuarem valor maior.

7.8 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.9 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.10 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.11 O reajuste será realizado por apostilamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O licitante será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO.

Exigências de habilitação

8.2 Para fins de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, o(a) licitante deverá apresentar documentos e informações nos termos do capítulo VI da Lei nº 14.133 de 2021 e do edital.

8.3 O(a) declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei supracitada.

Habilitação jurídica

8.1 Registro comercial se tratar de firma individual;

8.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente arquivados, tratando-se de sociedade comercial, e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documento da eleição de seus administradores.

8.3 Inscrição no ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de eleição da diretoria em exercício;

8.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.5 Documento oficial de Identificação do Representante legal da empresa;

8.6 Para todos os efeitos, considera-se como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, o documento de constituição da empresa, acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) à natureza da atividade comercial e à administração da empresa, ou a última alteração consolidada.

8.7 Autorização para Funcionamento expedida pelo BACEN - Banco Central do Brasil;

8.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.9 Em relação às fornecedoras cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

8.10 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

8.11 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.12 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.13 O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

8.14 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.15 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da
pregão;

8.16 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.17 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.18 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.19 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.20 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.21 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.22 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.23 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.24 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.25 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.26 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante- [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.27 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

8.28 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

8.29 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.30 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.31 *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

8.32 QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

i. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

ii. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

iii. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

iv. *O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado é o que consta no Edital, que será considerado para efeitos de aceitabilidade da proposta.

9.2 Com base no levantamento de pregões realizados por algumas prefeituras, que incluiu análise de contratações de igual teor, bem como consulta às práticas recomendadas pelos Tribunais de Contas e à legislação vigente, apresenta-se a seguinte solução para atender às demandas do Município de Santa Luzia/MG relativas à folha de pagamento e serviços correlatos.

9.3 A instituição contratada deverá disponibilizar plataforma tecnológica integrada aos sistemas da Administração Municipal, capaz de processar as informações relativas à folha, gerar relatórios gerenciais detalhados e consolidados, e garantir a rastreabilidade e integridade dos dados, em total conformidade com a legislação, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

9.4 Esta solução proporciona diversos benefícios estratégicos ao Município, tais como:

a. Regularidade e pontualidade no pagamento da folha, fundamental para a valorização e segurança dos servidores;

b. Eficiência operacional e economicidade, com a transferência da responsabilidade

tecnológica e operacional para instituição especializada;

c. Segurança jurídica, observando os parâmetros legais e normativos aplicáveis e as recomendações dos órgãos de controle.

9.5 A contratação será por meio de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento MAIOR DESCONTO, por um período de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.5 Para este instrumento e considerando os valores aplicados atualmente no mercado, será utilizado o valor de R\$ 20,00 (vinte e dois reais) por pessoa, considerando o quantitativo de servidores apresentado no quadro item 5 e o prazo de vigência do contrato, teremos a seguinte equação:

Quantidade de servidores X Valor por pessoa X 60 meses de vigência do contrato:

3.854 servidores X R\$ 20,00 X 60 meses = R\$ 4.624.800,00 (quatro milhões, seiscentos e vinte e quatro mil e oitocentos reais)

A atual gestão optou em utilizar o valor por pessoa de R\$ 20,00 considerando o valor aplicado no mercado, que varia entre R\$ 20,00 e R\$ 28,00 quando observamos os editais utilizados como referência neste processo. Utilizar o menor valor é uma estratégia para atrair mais licitantes para assim realizar a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Municipal.

Diante da justificativa acima, estima-se o valor de R\$ 4.624.800,00 (quatro milhões, seiscentos e vinte e quatro mil e oitocentos reais), que será considerado para efeitos de aceitabilidade da proposta.

Para cálculo do valor por pessoa foi observado nos pregões utilizados como

O pregão eletrônico terá como critério de julgamento MAIOR DESCONTO e será utilizada a fórmula abaixo como base de cálculo do valor devido pela contratada:

$$VP = VR \times \frac{D}{100}$$

Onde:

VP = Valor a ser pago à Contratante;

VR= Valor de referência (correspondente ao cálculo acima);

D= Percentual de desconto ofertado pela Licitante

A fórmula acima foi utilizada no pregão eletrônico da Prefeitura de Divinópolis, realizado em outubro/2025, mostrando-se razoável e eficaz.

Diante disso, será considerado neste instrumento o valor para o lance inicial de R\$ 4.624.800,00 (quatro milhões, seiscentos e vinte e quatro mil e oitocentos reais). O valor do desconto ofertado pela instituição financeira será convertido em valor único, que será somado ao valor mínimo da outorga a ser paga à Contratante, conforme fórmula abaixo:

Exemplo ilustrativo:

Desconto ofertado pela licitante: 5%

Cálculo: VP = R\$ 4.624.800,00 x 5%

Resultado: VP = R\$ 231.240,00

Valor da Outorga será: R\$ 4.856.040,00 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil e quarenta reais)

(R\$ 4.624.800,00 + R\$ 231.240,00)

[Nota Explicativa: A variação da margem de descontos será de 5% em 5%, conforme tabela abaixo:]

VALOR DE REFERÊNCIA	DESCONTO	VALOR DESCONTO APLICADO	TOTAL DA OUTORGA/ VALOR A SER PAGO À CONTRATANTE
R\$ 4.624.800,00	5%	R\$ 231.240,00	R\$ 4.856.040,00
R\$ 4.624.800,00	10%	R\$ 462.480,00	R\$ 5.087.280,00
R\$ 4.624.800,00	15%	R\$ 693.720,00	R\$ 5.318.520,00
R\$ 4.624.800,00	20%	R\$ 924.960,00	R\$ 5.549.760,00
R\$ 4.624.800,00	25%	R\$ 1.156.200,00	R\$ 5.781.000,00
R\$ 4.624.800,00	30%	R\$ 1.387.440,00	R\$ 6.012.240,00
R\$ 4.624.800,00	35%	R\$ 1.618.680,00	R\$ 6.243.480,00
R\$ 4.624.800,00	40%	R\$ 1.849.920,00	R\$ 6.474.720,00
R\$ 4.624.800,00	45%	R\$ 2.081.160,00	R\$ 6.705.960,00
R\$ 4.624.800,00	50%	R\$ 2.312.400,00	R\$ 6.937.200,00
R\$ 4.624.800,00	55%	R\$ 2.543.640,00	R\$ 7.168.440,00
R\$ 4.624.800,00	60%	R\$ 2.774.880,00	R\$ 7.399.680,00
R\$ 4.624.800,00	65%	R\$ 3.006.120,00	R\$ 7.630.920,00
R\$ 4.624.800,00	70%	R\$ 3.237.360,00	R\$ 7.862.160,00
R\$ 4.624.800,00	75%	R\$ 3.468.600,00	R\$ 8.093.400,00
R\$ 4.624.800,00	80%	R\$ 3.699.840,00	R\$ 8.324.640,00
R\$ 4.624.800,00	85%	R\$ 3.931.080,00	R\$ 8.555.880,00
R\$ 4.624.800,00	90%	R\$ 4.162.320,00	R\$ 8.787.120,00
R\$ 4.624.800,00	95%	R\$ 4.393.560,00	R\$ 9.018.360,00
R\$ 4.624.800,00	100%	R\$ 4.624.800,00	R\$ 9.249.600,00

9.6 Por fim, a instituição financeira contratada deverá cumprir integralmente as normas técnicas e regulamentações pertinentes, garantindo a transparência, a sustentabilidade socioambiental e a acessibilidade digital em todas as fases da execução contratual.

9.7 Diante do exposto, a presente solução mostra-se a mais adequada para atender às demandas do Município de Santa Luzia/MG, alinhando-se às melhores práticas de mercado e aos princípios constitucionais da administração pública, garantindo eficiência, segurança, economicidade e qualidade nos serviços prestados aos servidores.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, a saber:

Natureza da Receita: 1.3.6.1.01.3.1 / Especificação: Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Executivo - Administração Direta - Principal / Fonte de Recursos 1501

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 A CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 e seguintes da Lei

Federal nº 14.133/2021, caso venha a descumprir quaisquer cláusulas contratuais ou condições presentes no Termo de Referência. Conforme disposto no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21 o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

11.2 Das Infrações Administrativas

11.2.1 Conforme disposto no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21 o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

“I) dar causa à inexecução parcial do contrato;

I dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II dar causa à inexecução total do contrato;

III deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VII apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

VIII fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

IX comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

X praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XI praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.”

11.3 Das sanções Administrativas

11.3.1 Conforme disposto no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21 serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

“I) advertência;

I multa;

II impedimento de licitar e contratar;

III declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I a natureza e a gravidade da infração cometida;

II as peculiaridades do caso concreto;

III as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do Edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por

cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21.

§4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no §4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação

de reparação integral do dano causado à Administração Pública.”

11.3 Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multa:

11.4.1. Multa moratória: 1% (um por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, limitado a 30 (trinta) dias, calculado sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

11.4.2. Multa compensatória:

11.4.3. 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, calculado sobre o valor do contrato;

11.4.4. 20% (vinte por cento) no caso de inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, calculado sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta;

11.4.5. 30% (trinta por cento), no caso de inexecução total do contrato, calculado sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

11.5. Da aplicação das sanções:

11.5.1 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, Lei Federal nº 14.133/2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle

11.5.2 Na aplicação da sanção prevista no art. 156 no inciso III o prazo do impedimento de licitar e contratar será de 02 (dois) anos.

11.5.3 Na aplicação da sanção prevista no art. 156 no inciso IV o prazo da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será de 03 (três) anos.

11.5.4 Em conformidade com o disposto no art. 157 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegura-se ao interessado o exercício do contraditório e da ampla defesa no âmbito do processo sancionatório. Nos termos da referida norma:

“Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.”

11.5 Da Extinção Contratual

11.6.1 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.6.1.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.7 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.8 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.9 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12. CRITÉRIOS E OBRIGAÇÕES COMPATÍVEIS COM A REALIDADE DO OBJETO E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

a) Digitalização e redução de consumo de papel, priorizando fluxos eletrônicos e integração sistêmica para envio/recebimento de arquivos e relatórios, com disponibilização de extratos, comprovantes, informes e comunicações preferencialmente por meios digitais, inclusive com disponibilização de canais de autoatendimento e notificações eletrônicas, sempre que possível;

b) Eficiência operacional e redução de deslocamentos, mediante adoção de assinatura eletrônica e mecanismos digitais para abertura de conta, cadastramento, prova de vida (quando aplicável) e demais rotinas, com vistas à redução de emissões indiretas e à melhoria de eficiência administrativa;

c) Acessibilidade e inclusão, prevendo atendimento adequado a pessoas com deficiência, idosos e servidores com restrições de mobilidade (canais acessíveis, linguagem clara, atendimento presencial quando necessário e canais remotos inclusivos), como dimensão social do desenvolvimento sustentável e alinhamento com políticas de inclusão;

Boas práticas de governança e integridade, exigindo que a instituição apresente políticas internas de ética, integridade, prevenção a fraudes e lavagem de dinheiro, e que mantenha mecanismos de conformidade aplicáveis ao setor, como aspecto de sustentabilidade institucional e gestão responsável;

b) Segurança da informação e proteção de dados pessoais, tema intrinsecamente ligado à sustentabilidade organizacional do serviço (continuidade, resiliência e confiança), recomendando-se que o TR/contrato contemple obrigações objetivas relativas à segurança, rastreabilidade, continuidade operacional e resposta a incidentes, em compatibilidade com a LGPD e boas práticas de mercado;

c) Gestão ambiental corporativa, quando pertinente e sem restringir a competitividade, admitindo-se previsão de que a contratada possua e mantenha práticas de gestão ambiental (ex.: políticas internas, metas de redução, relatórios ESG) como obrigação contratual de execução (e não como requisito de habilitação desproporcional), desde que redigidas de forma razoável e verificável.

13. DO TERMO DE CESSÃO DE USO

13.1 Não será obrigatória a instalação de posto de atendimento, sendo facultativa por parte da Contratada a sua instalação.

Caso a Contratada opte por manter um Posto de Atendimento Bancário na sede da Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MG, a cessão será não onerosa, em favor exclusivo da Contratada, para uso estritamente vinculado à execução do objeto contratual e se dará nos seguintes termos:

13.2 Cessão de Uso de que trata o presente Termo de Referência será destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário, o qual não poderá ser destinado à execução de outras atividades, senão aquelas estabelecidas no instrumento contratual.

13.3 A Contratante deverá permitir o uso, por parte da Contratada, de equipamentos elétricos /eletrônicos necessários ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento Bancário – PAB;

13.4 A Cessão de Uso de que trata o presente instrumento terá o mesmo prazo de vigência do contrato;

13.5 Na ocorrência de fatos que ameacem o funcionamento normal ou venham a paralisar as atividades financeiras exploradas pela Contratada, esta deverá comunicar à Contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o evento, para conhecimento e providências cabíveis;

13.6 A Contratante poderá revogar a Cessão de Uso: Na hipótese de descumprimento total ou parcial dos encargos assumidos pela Contratada;

13.7 A denúncia da Cessão de Uso poderá ser feita pela Contratada nas hipóteses em que houver descumprimento imotivado de cláusulas contratuais por parte da Contratante.

13.8 Nas hipóteses de revogação ou extinção da Cessão de Uso, a Contratada, terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para entrega do local.

13.9 As benfeitorias e construções de caráter permanente a serem realizadas deverão ser submetidas à apreciação e aprovação da Contratante, as quais, desde logo, serão incorporadas ao imóvel sem direito à indenização ou retenção.

a) A Contratada terá exclusividade, durante a vigência contratual, de instalação de terminais de autoatendimento nas dependências figuradas acima.

b) O prazo para a instalação do Posto de Atendimento Bancário e demais terminais de caixa eletrônico será de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da aprovação do projeto e liberação do espaço pela Contratante, prorrogáveis em caso de acordo entre as partes.

c) A Contratada poderá realizar vistoria no local onde será instalado o Posto de Atendimento Bancário - PAB, bem como nos locais onde serão instalados os terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos), conforme registro acima.

d) A Contratada deverá assinar Termo de Recebimento do espaço físico a ser designado para o Posto de Atendimento Bancário - PAB, o qual será definido pela Secretaria Municipal de Obras, comprometendo-se a devolvê-lo nas mesmas condições recebidas.

e) As adequações para funcionamento desses espaços deverão ser providenciadas pela instituição vencedora, que deverá executá-las somente após aprovação do respectivo projeto pela Secretaria Municipal de Obras, o qual deverá ser apresentado em até 30 (trinta) dias corridos da assinatura do CONTRATO.

f) Todas as despesas para instalação, manutenção e funcionamento das unidades de atendimento (tais como agências ou PAB's) em espaços físicos da Contratante, correrão as expensas da instituição vencedora, não sendo admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da Contratada com respeito às condições necessárias ao cumprimento do previsto neste item.

g) **Optando pela instalação de um posto de atendimento, deverá a opção ser informada na proposta.**

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

14.1 Para apresentação das propostas, as instituições financeiras deverão atender a requisitos de habilitação jurídica, técnica e econômico-financeira estabelecidos no edital do certame, além de ser autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

14.2 A Gestão de Riscos da contratação está detalhada na Matriz de Riscos e no Mapa de Riscos anexo a este termo.

Adriano Roberto Paulino e Silva

Secretário Municipal de Administração, Estratégia e Gestão de Pessoas

Matrícula 38798



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Roberto Paulino e Silva**, Secretário, em 06/03/2026, às 14:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.santaluzia.mg.gov.br/autenticidadesei> informando o código verificador **0317240** e o código CRC **8580812A**.